



Exmo Sr. Alexandre Silveira, Ministro de Minas e Energia

com cópia:

Exmo. Sr. Márcio Macedo, Ministro da Secretaria Geral/PR

Exmo. Sr. Rui Costa, Ministro da Casa Civil

Exmo. Sra Simone Tebet, Ministra do Planejamento

Exma. Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Exma. Sra. Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas

Exmo. Sr. Aloizio Mercadante, Presidente do BNDES

Assunto: Propostas de Ação para a Política Energética no Novo Governo

Prezado Ministro,

Como organizações e redes da sociedade civil brasileira que atuam sobre a política energética, dentro de uma visão de justiça social e sustentabilidade ambiental, apresentamos, a seguir, um conjunto de propostas de ação estratégica para o novo governo, referentes às políticas públicas para o setor de energia. Ressaltamos que as propostas contidas neste documento complementam a **Carta Aberta ao Novo Governo: Infraestrutura para o Desenvolvimento com Sustentabilidade Socioambiental** sendo apresentada simultaneamente ao novo governo do Presidente Lula.¹

1. Realização da **Conferência Nacional de Energia** como espaço de diálogo qualificado com a sociedade civil sobre os rumos da política energética nacional e regional, com atenção especial para a visão estratégica e para o marco regulatório de uma transição energética sustentável, justa, popular e inclusiva.
2. Revisão do **Plano Nacional de Energia (PNE 2050)**, do **Plano Decenal de Energia (PDE)**, do **Plano Nacional de Eficiência Energética**, do **Plano Indicativo de Gasodutos de Transporte (PIG 2022)**, do **Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário (PEMAT 2022)** e do **Programa de Expansão da Transmissão/Plano de Expansão de Longo Prazo (PET/PELP 2022)** orientados por uma visão estratégica de uma transição energética sustentável, justa, popular e inclusiva, alinhada com as políticas setoriais sobre mudanças climáticas, biodiversidade, gestão das águas, direitos humanos e economia verde de baixo carbono.
3. Incluir a participação de pelo menos mais três representantes de organizações da sociedade civil no **Conselho Nacional de Política Energética – CNPE**, assegurando a representação de movimentos sociais e de entidades que atuam em prol de direitos socioambientais, de defesa do consumidor e de alternativas de energias renováveis em base comunitária.
4. **Criação de um programa nacional de eficiência energética**, com instrumentos e metas voltados para diferentes setores da indústria, o setor comercial e prédios públicos, envolvendo parcerias entre o governo federal, estados e municípios.

¹ Link para a carta aberta: <https://tinyurl.com/42k4tweh>



5. Criação de um **programa federal de incentivo à adoção da mini e micro geração distribuída** de energias renováveis, com prioridade para grupos de baixa renda. Nessa direção, propomos que o programa inclua entre suas metas a instalação de pelo menos quatro milhões de sistemas fotovoltaicos residenciais durante o atual governo, priorizando as regiões com os menores índices de desenvolvimento social e as maiores tarifas de energia elétrica do país. Assim, propomos que todas as construções do Programa "Minha Casa, Minha Vida" a partir de agora, já utilizem a energia solar ou outras energias de fonte limpa, levando em conta as diferenças geográficas, socioeconômicas e culturais.

6. **Aceleração na implantação do Programa Mais Luz Para Amazônia**, com antecipação de metas, respeito ao direito à consulta, e capacitando as populações de regiões remotas para ocupar as vagas de trabalho geradas na instalação, gestão e manutenção dos sistemas. Na mesma direção, é preciso avançar na implementação pelo BNDES e Eletrobras do **Pacto de Energia da ONU para descarbonização na Amazônia**, voltado para viabilizar projetos de energias renováveis para substituir o uso intensivo do diesel na região, com participação ativa das comunidades locais.

7. **No marco legal e institucional do planejamento dos médios e grandes empreendimentos de geração de energia renovável (parques eólicos e fotovoltaicos, hidrogênio verde, etc.)**, garantir análises robustas de riscos socioambientais e de viabilidade econômica, assim como o pleno respeito aos direitos das comunidades locais, inclusive quanto à consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas, povos quilombolas e outras populações tradicionais.

8. Criação de um programa governamental, com marco legal e recursos adequados, voltado para a **mitigação e reparação de danos socioambientais** provocados por grandes empreendimentos de geração de energia, em que ocorreram violações de direitos de comunidades locais, a exemplo das hidrelétricas de Belo Monte no rio Xingu, Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, e as quatro barragens no rio Teles Pires.²

9. **Suspensão de planos para a construção de novas hidrelétricas em regiões sensíveis como a Amazônia e o Pantanal**, no âmbito do PDE e do PPI, inclusive as UHEs Castanheira, Tabajara, Ribeirão, Bem Querer e o Complexo Tapajós - Jamanxim, assim como CGHs e PCHs nas bacias do Juruena e Alto Paraguai (MT), particularmente o Complexo Hidrelétrico rio Cabaçal, considerando seu alto risco socioambiental, inclusive quanto a impactos cumulativos.

10. Considerando os elevados riscos de poluição de aquíferos, lençóis freáticos e corpos d'água, com graves implicações para serviços ecossistêmicos, conservação da biodiversidade, saúde pública e atividades econômicas (por exemplo, a agropecuária e o turismo) e levando em conta ainda os riscos de abalos sísmicos, especialmente em áreas urbanas, propomos a **suspensão de projetos de fraturamento hidráulico ('fracking')** enquanto persistirem tais riscos.

² Sobre o caso de Belo Monte, veja: "A hora é agora: Lula terá que decidir sobre Belo Monte", Sumauma, 06/03/2023 <https://sumauma.com/a-hora-e-agora-lula-tera-que-decidir-sobre-belo-monte/>



11. Propomos a declaração do **bioma Amazônico como zona de exclusão dos planos para novas explorações de petróleo e gás no Brasil**, considerando seus elevados riscos socioambientais e incompatibilidade com diversas políticas públicas e compromissos internacionais.³

Considerando o exposto, propomos a realização de reunião com Vossa Senhoria e membros de sua equipe, com a brevidade possível, sobre a inclusão dessas propostas de ação estratégica na agenda do governo federal, objetivando a transição para uma nova política energética para o Brasil.

Brasília, D.F., 21 de março de 2023

Assinam esta carta:

Grupo de Trabalho sobre Infraestrutura e Justiça Socioambiental (GT Infra)

Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil (FNPE)

Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS)

Movimento Tapajós Vivo

Fórum de Energias Renováveis de Roraima

Operação Amazônia Nativa (OPAN)

Instituto Fronteiras

International Rivers - Brasil

350.org Brasil

Comitê de Energia Renovável do Semiárido - CERSA

International Energy Initiative - IEI Brasil

Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - Formad

Contatos:

Sérgio Guimarães, Secretário Executivo, GT Infra <contato.gtinfra@gmail.com>

Joilson Costa, Coordenador da Frente por uma Nova Política Energética,
<joilson.costa@yahoo.com.br>

Ivo Poletto, Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental <ivopoletto@uol.com.br>

³ Veja também: Coalizão pelos Rios, “Abaixo Assinado em Defesa da Biodiversidade e das Comunidades Tradicionais da Foz do Rio Amazonas”, <https://tinyurl.com/287buwf4>